

## ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

### A Zona da Mata mineira e sua participação no tráfico de escravos para Minas Gerais (1808-1850): uma proposta de pesquisa

Fábio W. A. Pinheiro  
Mestrando em História Social – UFRJ

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo abordar sobre a possibilidade de pesquisar o tráfico de escravos na Zona da Mata mineira, durante a primeira metade do século XIX. Iremos sublinhar a importância de se ter uma dimensão da importação de escravos pela Mata, a partir de estudos empíricos e regionais. Propomos destacar também, como a historiografia, sobretudo mineira, pouco mencionou no que se refere à relevância da região matense no contexto da economia mineira na primeira metade do oitocentos. Por último, enfatizaremos a importância do tráfico, como principal reproduutora de mão-de-obra para a Mata, a partir de uma análise teórica e metodológica, alicerçada no debate entre Roberto Borges Martins e Robert Slenes. Este trabalho terá os dados dos estudiosos da literatura mineira e dos viajantes como subsídio.

**Palavras-chave:** Zona da Mata mineira; Tráfico de escravos; economia mineira oitocentista.

Quando fazemos referência à Zona da Mata mineira, mais especificamente no decorrer do século XIX, deparamos com uma vasta historiografia que nos últimos anos desenvolveu e vem desenvolvendo sobre sua importância e peculiaridade em relação à província mineira, englobando basicamente o período imperial e de certa forma o republicano. Focalizados fundamentalmente na segunda metade do oitocentos, os estudos destacam como essa região – tendo Juiz de Fora como município preeminente – desenvolveu-se como principal produtora e exportadora de café em Minas Gerais sendo responsável por 60% da arrecadação provincial na década de 1870.<sup>1</sup> Entretanto, esta diversidade de trabalhos sobre a Mata não pode ser percebida no momento em que observamos a primeira metade do oitocentos, pois, pouco se produziu sobre o seu desenvolvimento econômico e social, e ainda: **defrontamos com a ausência de estudos empíricos em relação ao tráfico de escravos realizado nesta região.**<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Para melhor constatar esta e outras informações mais abrangentes sobre a Zona da Mata mineira, não somente durante o século XIX, mas também o XVIII e o XX, Ver ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. **A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia.** In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003.

<sup>2</sup> Um dos motivos que explicaria tal insuficiência de pesquisas desta região seria a falta de documentos organizados referentes ao período em questão (1808-1850), no entanto, recentemente, foi fundado um arquivo histórico em Barbacena, sede da antiga Comarca que ligava a Zona da Mata, onde se encontra disponível uma rica

Dessa forma, o presente artigo busca justamente lançar uma luz sobre esta problemática, abordando sobre a importância de pesquisar o comércio de mancípios na Zona da Mata<sup>3</sup> mineira durante a primeira metade do século XIX, visando uma relação com o processo de desenvolvimento econômico e social, partindo de 1808, onde a principal atividade econômica era a produção de alimentos, até 1850, quando o café se consolida na região. Adiciona-se também, a tentativa deste escrito sintetizar como este processo está intimamente ligada a decisiva conjuntura política e econômica presenciadas pelo Brasil neste recorte temporal e fundamentalmente: **explicitar a necessidade de se realizarem pesquisas regionais para se mensurar a importância da Mata no contexto de Minas Gerais durante a primeira metade do oitocentos.**

Para viabilização desta meta, partiremos dos dados deixados pelos próprios estudiosos que pouco enfatizaram o território matense neste período, tendo ainda como significativo subsídio os relatos de viajantes que se aventuraram pela província mineira. Com tudo, para se dimensionar o tráfico de escravos na Zona da Mata, torna-se imprescindível uma análise teórica e metodológica dessa atividade comercial, tomando como base o debate entre Roberto Borges Martins<sup>4</sup> e Robert Slenes<sup>5</sup> sobre a economia escravista mineira do século XIX, que será esclarecido mais adiante.

Primeiramente é importante explicarmos aqui a alternativa de se estudar o tráfico de escravos, para tal, enumeramos basicamente cinco motivos: 1º) Se tratava de uma das atividades mais lucrativas e rentáveis do país no século XIX;<sup>6</sup> 2º) Era o principal instrumento de reprodução física dos mancípios no Brasil nesta época;<sup>7</sup> 3º) É consenso na historiografia que Minas Gerais mesmo com a decadência da atividade mineradora, sua economia não se

---

documentação que poderá fornecer subsídios para se estudar empiricamente este território. Porém, antes da organização deste arquivo histórico, Mônica Ribeiro de Oliveira, realizou uma pesquisa no Fórum do município de Barbacena, para o desenvolvimento de sua tese de doutoramento. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias:** mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870. Niterói, IFHC/UFF, (tese de doutorado).

<sup>3</sup> Iremos focar neste trabalho a **parte Sul** (formada basicamente por Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina) da Zona da Mata, conforme a conhecida divisão em sub-regiões desenvolvida por Ângelo Carrara em relação a este território. Veja GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Estudos agrários sobre as Minas Gerais oitocentista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (org.). **Escritos de História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro. Mauad: FAPERJ, 2001, p. 466.

<sup>4</sup> MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; e LAPA, José Roberto do Amaral. **História econômica da independência ao império**. São Paulo, ed HUCITEC, 1996.

<sup>5</sup> SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFHC Nº. 17. Campinas: IFHC – UNICAMP, 1985.

<sup>6</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>7</sup> Idem.

encontrava em crise<sup>8</sup> e ainda, era a maior província escravista do Brasil, sendo assim, uma das principais importadoras de mão-de-obra cativa no oitocentos;<sup>9</sup> 4º) Baseando-se em Roberto Martins, podemos afirmar que a capacidade de uma província gerar riqueza se traduzia na capacidade de importar escravos;<sup>10</sup> 5º) A Zona da Mata tinha no escravo sua principal força produtiva, possuindo uma considerável proporção de mancípios na sua população total na primeira metade do século XIX.<sup>11</sup>

Contudo, devemos alertar que para compreendermos o processo de desenvolvimento econômico e social da Zona da Mata Sul através do tráfico de escravos, é necessário fazermos aqui uma pequena reflexão sobre o Caminho Novo, pois a gênese deste território se dá a partir da construção desta estrada.

O Caminho Novo construído durante o período colonial, ou mais precisamente, no início do século XVIII, ligava as regiões mineradoras ao porto do Rio de Janeiro, e sua principal função era escoar metais preciosos até o litoral carioca que em seguida se dirigia à metrópole lusitana, todavia, a sua utilização não se restringia a esta atividade, sendo aproveitada também no sentido inverso, ou seja, por intermédio dos tropeiros, eram escoados víveres para o abastecimento das áreas mineradoras, e principalmente: a mão-de-obra cativa<sup>12</sup>, absorvidos em sua maioria da praça mercantil carioca.<sup>13</sup>

Já no final do setecentos, esta estrada, conforme Mônica Ribeiro, era responsável pelo encadeamento e a integração dos mercados regionais, mesmo durante a crise das exportações de metais preciosos. Analisando os documentos de registros que cobravam o direito de entrada e saída, Ribeiro pôde perceber a grande flexibilidade alcançada pelo mercado mineiro viabilizada pelo tráfego nesta estrada, onde se registrou o trânsito de diferentes agentes comerciais e uma grande abertura de fronteiras.<sup>14</sup>

---

<sup>8</sup> Atualmente, a idéia de crise econômica em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX defendida outrora por estudiosos consagrados como Caio Prado Júnior (1942) já foi bastante desvinculada, autores como Maria Yedda Linhares (1979), Roberto Borges Martins (1980;1982) e Robert Slenes (1985) são um dos principais pesquisadores que contribuíram para a cristalização de uma economia mineira não decadente. Veja GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. cit.

<sup>9</sup> Para constatar esta preeminência mineira em relação à importação de cativos, Ver FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 144 a 187.

<sup>10</sup> MARTINS, Roberto Borges. Op. cit.

<sup>11</sup> Mônica de Oliveira, tomando como referência o município de Santo Antônio do Paraibuna no período entre 1833-35, afirma que os escravos correspondiam por 52,57% da população total (12.222). MARTINS, Maria do Carmo S. **História econômica e demográfica**. In: V Seminário sobre economia mineira. Apud. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 171.

<sup>12</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva; LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIWA, Luiz Fernando. op. cit., p.6.

<sup>13</sup> A praça mercantil do Rio de Janeiro, segundo Florentino, era formada pela capital e "por sua periferia imediata" constituindo-se num grande pólo de demanda por negros. Florentino, Manolo. Op. cit., p. 40.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., pp. 33-34

O francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o interior do país nos oitocentos deixando importantes registros não só em Minas Gerais, mas em outras províncias como o Rio de Janeiro, nos fornece relatos de grande validade quando esteve se aventurando pela região que hoje conhecemos como Zona da Mata, fazendo uma descrição onde é possível perceber as ligações entre a mesma e o Caminho Novo<sup>15</sup>, como por exemplo, o controle de mercadorias, atividade que ganhou muito destaque em seus escritos:

Os soldados acantonados em Rocinha de Simão Pereira pertencem ao registro das Minas; fazem parte do destacamento do registro de Matias Barbosa, situado um pouco mais longe, e são carregados não só de revistar, como já tive ocasião de dizer, os viajantes e suas bagagens, como ainda de patrulhar a estrada e suas imediações, sempre para impedir o contrabando.<sup>16</sup>

O Caminho Novo, além dessas funções teve uma contribuição decisiva no desenvolvimento e crescimento da cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XVIII se tornando o principal entreposto no período colonial, sendo elevada, consequentemente, a sede do Governo Geral em 1763.<sup>17</sup>

Assim, podemos notar nesta pequena síntese como o processo de povoamento da Zona da Mata Sul esteve ligado ao Caminho Novo. Podemos dizer também que esta região, no início do século XIX, foi palco da construção de fazendas que se destinavam basicamente à produção de alimentos e, sobretudo, presenciava-se uma significativa movimentação de tropas que traziam escravos e mercadorias do Rio de Janeiro,<sup>18</sup> sendo intensificado consideravelmente com a vinda da família real e a instalação da Corte em 1808. Este ano é um ponto fundamental para se iniciar o estudo sobre o tráfico de escravos na região matense, pois a crescente demanda por alimentos e outros produtos para a recém sede da Coroa Lusitana proporcionaram uma série de medidas executadas por D. João VI,<sup>19</sup> além disso, trata-se de um marco onde se conheceu – com a abertura dos portos – um grande volume de desembarques de africanos, crescendo ainda de forma espantosa no ano seguinte.<sup>20</sup>

<sup>15</sup> Alem de Saint-Hilaire, o alemão Johann Moritz Rugendas registrou informações importantes sobre a relação entre o Caminho Novo e a região que pertence a Zona da Mata. RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Círculo do livro, p. 32

<sup>16</sup> SAINT-HILAIRES, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Itda, 2000, p. 49.

<sup>17</sup> Ilmar Mattos ilustra bem a relação entre a estrada e a cidade carioca, fazendo ainda uma alusão sobre o impacto da mesma no interior de Minas, na qual a Zona da Mata estaria incluída. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema: **A formação do estado imperial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Acess, 1994, p. 40.

<sup>18</sup> Essa constante correlação entre a região matense e o Rio de Janeiro no presente artigo, pode ser justificada basicamente por dois motivos: 1º) A proximidade geográfica entre a Mata e a província fluminense, que tiveram fortes ligações não só econômicas, mas política e sociais e 2º) Neste período a província fluminense era a mais dinâmica e a mais desenvolvida do Brasil, pelas grandes movimentações de pessoas e mercadorias, principalmente a de escravos que vinham da África e desembarcavam no porto carioca, onde boa parte estava destinada a Minas Gerais.

<sup>19</sup> Dentre essa medidas podemos citar a construção de novas estradas, entre elas a do Comércio e a da Polícia que facilitaram o escoamento da produção do interior para a Corte. MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit. p. 49.

<sup>20</sup> Consoante Florentino e José R. Góes, entre 1809 e 1811, o incremento do tráfico foi muito grande, quando passou de 13.171 para 23.230 o número de africanos desembarcados no Rio de Janeiro. FLORENTINO, Manolo; GÓES,

Assim, o desenvolvimento econômico da Zona da Mata esteve provavelmente ligado ao processo de integração da região centro-sul iniciado no período joanino. Contudo, sua função econômica, por intermédio de sua principal estrada, o Caminho Novo, já tinha se modificado antes da chegada da corte lusitana.

No final do século XVIII, quando a mineração entrou em crise, o movimento da estrada tendeu a inverte-se, passando o fluxo de mercadorias a orientar-se para o mercado carioca. Começaram a descer significativas quantidades de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos e queijos, além de outros gêneros de subsistência, tradicionalmente produzidos no Sul de Minas e em outras regiões mineiras afins.<sup>21</sup>

Porém, podemos perceber neste trecho, que a análise de Lenharo não é suficiente para descrever o processo de desenvolvimento da Mata, pois ao incluí-la como uma região afim ou mesmo integrando-a hipoteticamente a região Sul<sup>22</sup>, o mesmo negligenciou ou desconhecia considerações importantes sobre a o território matense, no entanto, essa atitude é justificável pelo o objetivo de seu trabalho, que é enfocar a importância da região sulista de Minas durante o período de integração da região centro-sul.

Não obstante, podemos coligir um registro concreto e decisivo que Saint-Hilaire nos fornece para enfatizar o que temos tentado demonstrar até aqui, realizando, durante sua passagem pela Mata, uma descrição objetiva antes e depois da chegada da família Real:

Não há maior povoação em Simão Pereira do que às margens do Paraíba. A igreja mais ou menos isolada, foi construída a pequena distância do caminho, no meio de uma pequena plataforma, e por trás dela se eleva um morro cujo cume está coroado de matas virgens e a encosta, outrora cultivada, não apresenta mais que arbustos. A paróquia que depende dessa igreja se dilata por uma extensão de dez léguas portuguesas, desde o Paraibuna, até a localidade chamada Juiz de Fora. Antigamente apenas compreendia o pequeno número de casas situadas à margem do caminho; mas, desde a chegada do Rei D. João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um considerável acréscimo de população. Mais de quatrocentos homens livres com outros tantos escravos aí vieram estabelecer-se de diferentes partes da Província das Minas, atraídos pela fertilidade das terras, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital, e a de não pagar nenhuma taxa, morando além do registro de Matias Barbosa.<sup>23</sup>

Em suma, o ano de 1808<sup>24</sup> é o início de um período em que a capitania de Minas e principalmente o Brasil conhecem decisivas transformações políticas, econômicas e sociais como a independência do Brasil em 1822, o fim eminente da legalidade do tráfico internacional

---

José Roberto. **A paz das senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 48.

<sup>21</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842). 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, p. 48.

<sup>22</sup> Mônica Ribeiro alerta que Alcir Lenharo em sua obra faz um recorte “macro-regional” quando se referia ao “Sul” de Minas, integrando a “sub-região” das Vertentes ou Mantiqueira que tinha nas cidades de Barbacena e São João Del Rei como principais atacadistas. A autora justifica este recorte regional utilizado por Lenharo, devido a grande articulação mercantil existente entre a **Mantiqueira**, a **Mata** e o **Sul** propriamente dito.

<sup>23</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 50.

<sup>24</sup> O ano de 1808 é o início de um período denominado por Ciro Flammarion como “*Independência de Facto 1808/1822*”. Com a vinda da família real uma das medidas adotadas por D. João VI foi a abertura dos portos as nações amigas, derrubando assim um dos principais alicerces do sistema colonial, ou seja, o *pacto colonial*. Ver CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa – 1750/1822. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). op. cit.

de escravo em 1830 e sua definitiva abolição em 1850.<sup>25</sup> Contudo, não é nosso objetivo aqui aprofundarmos em tais modificações conjunturais, sendo mais importante, termos em mente que a Zona da Mata e o tráfico de escravos estiveram ligados a este processo que conhecemos na Historiografia como o desenvolvimento da região centro-sul.<sup>26</sup>

Frente a esta ínfima contextualização, abordaremos neste momento como as principais literaturas, que abrangem a economia de Minas na primeira metade do XIX, focalizaram a Zona da Mata, reforçando aqui a importância de se pesquisar sobre o tráfico de escravos neste território durante esta fase. Devemos alertar que é a partir dessas importantes informações que coligimos dessa historiografia que podemos viabilizar o objeto deste artigo.

Roberto B. Martins e Robert Slenes, cujo debate teórico e metodológico será abordado na parte final deste trabalho, se deparam com uma problemática no desenrolar da discussão: **ao se referirem a Zona da Mata, não possuem dados empíricos sobre o movimento de mancípios nesta região, pelo motivo de não terem sido desenvolvidas pesquisas sobre o tráfico de escravos na Mata mineira durante a primeira metade do século XIX,**<sup>27</sup>

Apesar disso, Martins nos fornece um significativo subsídio sobre o aumento populacional do território neste período, reconhecendo uma expansão considerável na população livre, e principalmente, sua participação significativa na importação de escravos a partir do terceiro decênio oitocentista:

É verdade que área geográfica que estava se transformando na zona cafeeira (a região constituída pelos territórios de 1855 dos municípios de Leopoldina, Mar de Espanha, Santo Antônio do Paraibuna, Ubá e Pomba) teve uma ocupação acelerada entre 1835 e 1855 [...]. Sua população livre triplicou, passando de menos de 27 mil pessoas para a cerca de 80 mil. A estimativa apresentada na tabela 3 indica que, no tocante aos escravos a importação, a importação líquida na região foi também importante, representando quase um terço do total da Província.<sup>28</sup>

Os estudiosos do CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Econômico e Regional da UFMG), cujas pesquisas voltou-se para a dinâmica econômica e social de Minas

<sup>25</sup> Em 1850, com a cafeicultura consolidada na Zona da Mata, presencia-se também a emancipação do seu principal município, Juiz de Fora.

<sup>26</sup> Essa designação é a mais usual na Historiografia para descrever o processo de integração das regiões que englobam Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no entanto encontramos também a expressão "Sul" e até mesmo "Sudeste", apesar da divisão atual das regiões que englobam esta última incluir o Estado do Espírito Santo. Essas designações são identificáveis nas obras de FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790- c.1840.** 3 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. e MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit.

<sup>27</sup> Slenes aponta a necessidade de realizações de pesquisas locais para explicar melhor a natureza da economia mineira, principalmente na Zona da Mata. Assim, pesquisadores da Zona Mata já vem desenvolvendo essas pesquisas para segunda metade do XIX, alertando também sobre a grande necessidade de se estudar o desenvolvimento na primeira metade. Ver ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., p. 12.

<sup>28</sup> MARTINS, Roberto Borges. op. cit. p. 110. A estimativa em números de importação de escravos que o autor faz referência é a de 1835 onde a região cafeeira teria importado 18.825 de um total de 254.532 e teria aumentado para 54.888 em 1855 de um total de 317.760.

Gerais no século XIX, possuem dados de significativa relevância sobre a Zona da Mata, apresentando uma perspectiva mais ampla sobre a região. Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy<sup>29</sup>, ao enfocarem esta perspectiva sobre a economia e a sociedade mineira oitocentista, criaram critérios para mensurar o nível de produção, do volume comercial e da movimentação populacional realizadas nas regiões mineiras, inclusive dos escravos.<sup>30</sup> Entretanto, ao analisarmos sobre a Zona da Mata em seus registros encontramos ambigüidades nos mapas, nos dados das tabelas e poucas informações relatadas sobre a região.

Paiva e Godoy classificaram a Mata com o nível de desenvolvimento econômico Médio, possuindo 240 casas de negócio, que corresponde a 5,2% do total da província,<sup>31</sup> e uma população no período de 1830-1835, estimada em 42.364 habitantes<sup>32</sup>, porém, ao elaborarem os mapas conforme os registros dos viajantes – *onde registraram a produção nas áreas de agricultura, pecuária, gêneros da agropecuária e de extrativismo mineral, adicionando-se ainda, as relações de comércio intraregional, interregional e as relações comerciais de importação e exportação interprovincial* – observamos que a região matense enquadrava-se como produtora de alimentos, porém, não realizava nenhum tipo de comércio, e ainda, **não importava escravos**<sup>33</sup>. Nas suas notas, os autores apenas reconhecem a expansão cafeeira durante os primeiros cinqüenta anos do século XIX.

A elevada razão de sexos da Mata, apenas inferior a região Diamantina, talvez resulte dos efeitos da grande cafeicultura de exportação, que estabelece-se nas primeiras décadas do século XIX no Vale do Paraíba mineiro, resultado da expansão por contigüidade da cafeicultura fluminense. Os expressivos contingentes (sic) de escravos importados para o trabalho nas fazendas de café, imigração seletiva por sexo, afetavam a composição da população escrava regional.<sup>34</sup>

Se verificarmos outros trabalhos de mesma natureza, anotaremos as mesmas informações coligidas, entre eles, um outro artigo de Marcelo Godoy, desta vez em parceria com Alexandre Mendes Cunha,<sup>35</sup> registrando apenas os limites administrativos da região<sup>36</sup> e suas características, além de suas funções econômicas já relacionadas anteriormente.

<sup>29</sup> PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit.

<sup>30</sup> Baseando-se fundamentalmente nos relatos de viajantes que passaram por Minas Gerais no século XIX, sobretudo na primeira metade, e no recenseamento de 1831/32 os autores dividem as 18 regiões mineiras em três níveis de desenvolvimento conforme a natureza econômica e social de determinada região: Alta, Média e Baixa, no entanto, não explicam a justificativa da utilização deste critério.

<sup>31</sup> Devemos levar em consideração que esses números se referem a uma região de formação e povoamento recente, portanto, podemos notar um número considerável de casas de negócios na Zona da Mata, frente às condições delimitadas.

<sup>32</sup> Estes dados encontra-se na tabela 7 sobre a “**Distribuição por regiões dos distritos e população da estimativa para 1830/35,das listas de 1836 e respectiva população, do número de casas de negócio e de sua relação com a população.**” PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit., p. 17.

<sup>33</sup> O mapa 14 sobre o “**Comércio interprovincial de importação, segundo os viajantes estrangeiros, primeira metade do século XIX, Minas Gerais – Brasil**” ilustra essa nossa afirmativa. Idem, p. 27.

<sup>34</sup> Idem, p. 42.

<sup>35</sup> CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, MARCELO Magalhães. op. cit.

Assim, visto a exposição de alguns modelos que procuraram explicar de forma geral à natureza complexa da economia e da sociedade mineira no século XIX, é importante mencionar que: por mais que estes pesquisadores estejam cientes da problemática em relação a este tipo de trabalho e sabendo das peculiaridades das regiões mineiras, que são mais evidentes que qualquer região do Brasil, não conseguem evitar a existência de pontos escuros em seus resultados. Afonso Graça Filho, ao estudar a estruturas de posse de escravos nas fazendas de mantimento no município de São João Del Rei, contribui decisivamente nesse sentido para a historiografia mineira, pois este município enquadra-se nas regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais e “onde o setor mercantil ocupava as funções de intermediário e credor dos agricultores e pecuaristas de boa parte do sul e centro-oeste de Minas Gerais.”<sup>37</sup>

Da mesma forma, acreditamos que a Zona da Mata teve um desenvolvimento econômico peculiar e significativo na primeira metade do século XIX, e uma das justificativas pode estar ligada a sua proximidade com o Rio de Janeiro. Com isso, podemos reforçar ainda mais a importância de se estudar a movimentação do tráfico de escravos neste recorte espaço-temporal.

Nessa perspectiva, Mônica de Oliveira, nos fornece relevantes subsídios sobre a Mata durante a primeira metade do oitocentos, pois foi quem primeiro pesquisou empiricamente esta região e registrou informações importantes sobre o seu perfil sócio-econômico durante o período em questão.

Sua análise entre o período de 1809 e 1850<sup>38</sup> procurou acompanhar a cristalização do sistema agropecuário mercantil do Termo de Barbacena, implantado desde o século XVIII, e buscou principalmente, observar o processo gradual de ocupação e expansão da cafeicultura na Mata Mineira.<sup>39</sup> Fundada nos relatos dos viajantes, a autora observa uma coesão entre os mesmos “ao considerarem a importância das concessões de sesmarias no processo inicial de abertura da fronteira agrícola da região.”<sup>40</sup>

---

<sup>36</sup> Cunha e Godoy registram que a região da Mata, “corresponde a parcela dos municípios de Mariana – 1831/1832 e Barbacena – 1831/1832. Praticamente coincide com o Município de Rio Pomba –1833/35, mais parcela do Município de Barbacena –1838/40. Corresponde a zona fisiográfica Mata.”

<sup>37</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. op. cit., p. 474.

<sup>38</sup> Este período que adotamos é parte integrante de um recorte temporal mais longo que Mônica Ribeiro adotou para o desenrolamento do objetivo de sua tese que é “a formação e consolidação do núcleo agrário e cafeicultor desenvolvido em Minas Gerais entre 1780 e 1870.” OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit.

<sup>39</sup> Consoante Mônica, durante o auge da mineração no século XVIII a região que englobava a Zona da Mata era considerada uma zona proibida para se transitar livremente, dificultando assim um efetivo povoamento dessa região que só se concretizou com o decréscimo da extração aurífera no final do referido século, afrouxando dessa forma as proibições impostas pela corte lusitana. Idem, p. 137.

<sup>40</sup> Idem, p. 151.

A implantação e a expansão da produção da rubiácea, segundo Oliveira, ocorreram nas primeiras décadas do século XIX, baseando-se em Taunay,<sup>41</sup> a autora registra um bom volume de exportações oriundos de Matias Barbosa em 1819, sendo que, entre 1847 e 1851 a Zona da Mata já era responsável por quase cem por cento da produção cafeeira da província mineira.<sup>42</sup>

Apesar de sua análise de forma secundária em relação à mão-de-obra cativa, adicionando-se ainda a ausência de pesquisas empíricas sobre o objeto do presente artigo, temos evidências significativas que o território da Mata importou uma quantidade expressiva de escravos africanos durante a primeira metade do oitocentos. Para confirmação destas evidências partiremos de uma análise dos próprios estudiosos mineiros, expondo juntamente os registros apresentados na pesquisa de Mônica R. de Oliveira.

Os dados da tabela abaixo – retirados dos números levantados por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy sobre a composição regional da população escrava cujas fontes foram os recenseamentos de 1831/32 – demonstram fundamentalmente a proposta deste presente escrito. Porém, queremos mencionar aqui que esta tabela possui fortes limitações, pois o objetivo fundamental da mesma é ilustrar a relevância **proporcional** da Zona da Mata frente ao contexto da economia mineira na primeira metade do oitocentos, privando-se assim de alguns dados.

**Dados comparativos entre as principais regiões mineiras da primeira metade do XIX**

Nível Desenv.	Regiões	Razão de sexo	População em idade produtiva I 15- 44 porcentagem	Cor/origem Africano porcentagem	Condição social Escravos Porcentagem	Média de escravos por fogo	Fogos com escravos Porcentagem
<b>Médio</b>	<b>Mata</b>	<b>180,5</b>	<b>64,5</b>	<b>52,5</b>	<b>39,5</b>	<b>7,6</b>	<b>40,2</b>
Alto	Diamantina	223,4	62,0	49,9	40,0	6,3	37,7
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	147,8	60,1	41,8	36,8	6,6	38,3
Alto	Mineradora Central Oeste	160,9	60,4	43,3	34,2	6,8	32,3
Alto	Sudeste	152,3	59,9	49,2	38,3	7,9	32,8
----	Província	159,0	60,1	43,4	33,1	6,6	32,3

Fontes: listas nominativas de 1831/32 e 1838/40. Apud.PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> TAUNAY, A. E. *História do café no Brasil*. Apud. Idem, Ibidem.

<sup>42</sup> Outra informação da autora é sobre a forma pela qual se processou a implantação do café da região matense, onde, segunda a mesma, não se deu nos mesmos moldes das instalações do Vale do Paraíba paulista e fluminense e sim por uma acumulação endógena de capitais originados do dinâmico mercado interno da província mineira. Idem.

<sup>43</sup> Esses dados foram retirados das tabelas de 11 a 15 dos referidos autores. Por uma questão de espaço, preferimos comparar a Zona da Mata apenas com as regiões mineiras que estavam classificadas com o nível de desenvolvimento alto, pois os restantes das regiões de nível médio e baixo não possuem nenhuma evidência de importação de escravos maior do que a Mata, exceto o Sertão do Rio Doce, que na composição mancipia segundo cor/origem ultrapassava a região matense, 56,5% contra 52,5%.

Observando os dados, podemos observar que a Mata teria sido uma das responsáveis pela maior parte dos escravos importados pela província mineira durante a primeira metade do século XIX. Para enfatizar esta afirmativa, iremos aferir alguns desses dados aos arrolados por Mônica de Oliveira sobre a população mancípio da região no período referido.

A razão de sexo da Zona da Mata, ou seja, maior proporção de homens em relação às mulheres, é a segunda maior da província mineira, perdendo apenas para a região de Diamantina, 223,4, porém, nos dados de Mônica a região matense possuía uma razão de 229,32, ultrapassando, portanto, Diamantina.<sup>44</sup> Observando ainda os dados retirados das tabelas de Paiva e Godoy, percebemos que a região em questão possuía a maior proporção de escravos(64,5%) nos que os autores chamam de “*idade produtiva I (15 a 44 anos)*” e o que na realidade engloba a principal faixa de idade produtiva dos escravos.

Este destaque da Mata, frente a regiões de alto desenvolvimento, é constante se analisarmos a composição mancípio segundo cor/origem<sup>45</sup> e na condição social, onde observamos a segunda maior proporção de escravos da região, 39,5% contra 40% da região de Diamantina<sup>46</sup>. Enfim, na distribuição regional dos fogos segundo a presença de escravos, a Mata tem a segunda maior média de escravo por fogo, 7,6, incluindo a segunda maior proporção de fogos com escravos, 40,2.

Analizado esses números, queremos reafirmar aqui que a Zona da Mata teria importado um número significativo de escravos africanos, possuindo **proporcionalmente** uma das maiores populações escravas de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Entretanto, percebemos uma certa falta de coerência nos números de Paiva e Godoy, quando constamos em seus mapas à ausência de importação de escravos na região matense, além de suas fontes, como os próprios recenseamentos de 1831/32, serem contestáveis<sup>47</sup>. Douglas Cole

<sup>44</sup> Vale lembrar que a autora pesquisou apenas três municípios da Zona da Mata, Santo Antônio do Paraibuna, Mar de Espanha e Rio Preto, para um período mais longo (1809-1850). Uma pesquisa mais profunda e mais abrangente da mata poderia certamente diminuir esta razão calculada por Oliveira, mesmo assim já é uma significativa evidência, pois seus dados são coerentes com nossa idéia, sugerindo que a Mata teve uma grande engajamento no tráfico de cativos. Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 172

<sup>45</sup> Nos dados de Paiva e Godoy se trata da segunda maior proporção de africanos da província mineira, perdendo apenas para o Sertão do Rio Doce, 52,5% contra 56,5%, região não relatada por motivos explicados anteriormente. Nos dados de Mônica para os municípios matense, já citados na nota anterior, a porcentagem de africanos para o período de 1831/40 é de 48,2%. Oliveira Mônica R. de. Op. cit., p. 173. Essa tendência é crescente no decorrer das décadas, “**como reflexo da maior importância de cativos e do vigor da cafeicultura**”. Idem p. 175.

<sup>46</sup> Relatando os dados apenas para a população do principal município da Mata em 1831, Santo Antônio do Paraibuna, Oliveira registra uma proporção de 59,3% de escravos.

<sup>47</sup> Os recenseamento de 1831/32 segundo Clotilde Paiva e Godoy, foram solicitados pelo Governo provincial em agosto de 1831 através de um ofício dirigido a todos juízes de paz com objetivo de ter o controle da população mineira e viabilizar a administração pública, no entanto, possivelmente esse levantamento era feita de forma precária podendo deixar assim informações insuficientes sobre a dimensão da população. Cláudio Heleno Machado ao trabalhar com tráfico de escravos em Juiz de Fora após o fim do tráfico internacional, utilizou uma notável alternativa para solucionar este problema, utilizando os registros de compra e venda de escravos e de hipotecas de terras onde escravos eram objetos também de transação. Ver MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno e concentração de**

Libby faz uma importante crítica sobre a utilização desses levantamentos oficiais de população. Os Motivos dessa problemática estão correlacionados segundo o autor, pelo comprometimento da qualidade das informações contidas nos mapas de população elaborados pelos juízes de paz, que provavelmente não realizavam as tarefas incumbidas pela presidência da província, além disso, Libby, ressalta a falta de uniformidade dos dados pela forma variada de responder os inquéritos e o mais preocupante, o fato do conjunto ser incompleto pela ausência de registros de certos Termos. Assim o autor classifica em duas categorias as lacunas evidenciadas: “1) *falta, interna ao conjunto, de informações completas com relação aos pedidos formulados; 2) Inexistência de dados relativos a certas áreas geográficas da província.*”<sup>48</sup>

Os problemas das fontes se tornam ainda mais evidentes quando consultamos uma passagem dos registros de Saint-Hilaire, pela Zona da Mata na primeira metade do oitocentos, viajante pela qual Paiva e Godoy retiraram o maior número de registros para o desenvolvimento da pesquisa:

Este registro a que em pouco tempo chegamos, está situado a pequena distância de Simão Pereira. Pesam-se aí sempre as mercadorias secas que entram na Província das Minas, e fazem-se pagar 1\$125 réis (9 fr. 55 c.) por arroba de 15 quilos, qualquer que seja a natureza dos objetos e seu valor. Quanto aos impostos sobre os líquidos, eles se pagam em razão do volume, e se exigem 1\$050 réis por barril de 8 canadas. Enfim, além desses direitos, faz-se pagar ainda no registro de Matias Barbosa, nova soma, a de 7\$800 réis por negros recentemente importado. A renda deste registro constitui parte considerável da receita da Província das Minas, e se eleva anualmente a cerca de 90 ou 120 contos de réis (de 562,375 francos a 749,833).<sup>49</sup>

Calculando o imposto que se paga pelo escravo, com a média anual de importações estimadas por Martins e Slenes em 7 mil mancípios e dividindo-o com a arrecadação anual de Minas Gerais (pegando o valor mais baixo registrado pelo viajante, 90 contos de réis), chegaremos ao resultado em que só os escravos correspondiam a 60% da arrecadação da província coletada no registro de Matias Barbosa. Porém, vale lembrar que trata-se apenas de uma estimativa

Contudo, o que fizemos até aqui foi uma análise superficial de dados contidos nos trabalhos que selecionamos para a viabilização deste artigo, pois acreditamos que os mesmos são insuficientes para se ter uma noção mais concreta em relação ao tráfico de escravos na Zona da Mata mineira durante a primeira parte do século XIX, sendo fundamental, portanto, a realização de pesquisas para dimensionar o processo de desenvolvimento econômico e social de um território que, como já alertamos aqui, está possivelmente relacionada ao processo de integração centro-sul.

---

**população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais:** Juiz de Fora (Segunda Metade do século XIX). X seminário sobre economia mineira.

<sup>48</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. São Paulo: ed brasiliense, 1988, p. 29.

<sup>49</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 50.

Porém, uma análise teórica e metodológica a partir do debate sobre a natureza da economia mineira no século XIX entre Roberto B. Martins e Robert Slenes, pode reforçar aqui, a importância de estudar o tráfico de escravos como principal reproduutor de mão-de-obra para a região matense. Primeiramente devemos começar esclarecendo, de forma resumida, do que se trata o debate.

Roberto B. Martins e Amílcar Martins Filho procuram entender as constantes importações de mancípios africanos, como fruto de uma economia de caráter vicinal<sup>50</sup>, ou seja, os autores desenvolveram uma teoria na qual os escravos incorporados pela economia mineira oitocentista se direcionavam para as produções voltadas para o mercado interno. Esta teoria foi duramente criticada por Robert Slenes, pois para definir a natureza da economia mineira seria necessário estabelecer o seu centro dinâmico, que para o mesmo, seria o setor de exportação, definindo assim, como insuficientes o modelo proposto pelos Martins.

Porém, é importante lembrar que ambos possuem uma notável contribuição para cristalizar a idéia de que a economia mineira não se encontrava em crise após a decadência da mineração, pois esta teoria foi muito difundida por importantes pensadores da História econômica brasileira como Caio Prado Júnior<sup>51</sup>.

Assim, o grande incremento populacional de cativos em Minas de 169.000 em 1819 para 382.000 em 1873, não tem nenhuma relação (direta ou indiretamente), conforme os Martins, com o setor externo, que passava por um forte período de decadência no volume de exportação. Além disso, a atividade mineradora utilizava pouca mão-de-obra escrava e a produção cafeeira teria sido inexpressiva na primeira metade do século XIX, em comparação com os grandes complexos cafeeiros do Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>52</sup>

O respaldo dos Martins em relação à alta importação de cativos nesse período é vinculado a alta razão terra/população, uma forte característica de Minas na primeira parte do século XIX, ou seja, baseando-se no modelo teórico de E. G. Wakefield<sup>53</sup>, os autores afirmam que a grande disponibilidade de terra em Minas não viabilizava um mercado de trabalhadores livres, devido a grande possibilidade destes se tornarem proprietários, criando assim, uma grande demanda de trabalhadores cativos, destinando-se, portanto, para o setor interno e não para o exportador.

---

<sup>50</sup> Economia vicinal segundo Slenes, é o que os Martins chamam de uma economia ou “conjunto de economias” em que a maior parte da produção estava voltada para o consumo local. Veja SLENES, Robert W. op. cit., p. 6.

<sup>51</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

<sup>52</sup> SLENES, Robert W. op. cit.

<sup>53</sup> E. G. Wakefield elaborado “em obra clássica de 1849 (*A View of the Art of Colonization*) sobre a experiência inglesa de colonização na Austrália”. Idem, p. 7.

Os argumentos de Robert Slenes são decisivos contra esta teoria dos Martins, buscando assim, alternativas que explicassem o grande influxo de escravos realizado em minas no século XIX.

Dessa forma, podemos sintetizar os seus argumentos em dois pontos. Um primeiro se refere a sua concepção de que Minas, na primeira metade do oitocentos, “*longe de ser uma região pouco voltada para fora, como os Martins afirmam, era uma economia de exportação bastante significativa.*”<sup>54</sup>

Slenes acredita que a capacidade de exportar em Minas é fortemente subestimada devido à exclusão dos valores da extração dos metais preciosos nos dados oficiais sobre as exportações e a diminuição do seu valor real, prejudicado pelo desleixo e a corrupção dos agentes fiscais. Entretanto, o autor acredita que mesmo com o declínio das exportações em Minas e a insuficiência dos dados oficiais, Minas poderia ter sustentado uma forte importação de escravos durante a primeira metade do XIX.

O segundo ponto se refere a sua teoria dos “*efeitos multiplicadores*” do setor de exportação sobre o setor interno, que no caso mineiro seriam proporcionalmente maiores do que nas áreas de *plantation* de São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, o autor se refere as fortes ligações entre o setor exportador e o interno da província, contudo, não se trata de uma simples divisão do trabalho regional, como os Martins interpretaram.

Assim, Slenes procura enfatizar que as atividades exportadoras, como demonstra o seu exemplo sobre porcos e diamantes, gerava uma produção “paralela”,<sup>55</sup> “*cuja importância em Minas como empregadora de mão-de-obra e como parte da economia monetarizada não é perceptível nos dados sobre exportação.*”<sup>56</sup>

A partir disso, Robert consegue explicar que a pouca utilização da mão-de-obra cativa diretamente ligada à produção do setor exportador, muito pregada pelos Martins, não dimensiona o significado da economia mineira, e sim o efeito multiplicador da atividade exportadora sobre o restante da economia, e por último, Slenes afirma que o incentivo às grandes importações de mancípios explicada pelos Martins a partir do fator Wakefield são insuficientes, pois “*Minas não teria importado tantos escravos se não tivesse uma economia de mercado bastante grande; e essa economia, por sua vez, não teria alcançado as proporções que teve se não fosse pelo setor exportador da província.*”<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Idem, p. 39. Slenes entende por exportações a maneira dos Martins, como produtos remetidos para fora da província, mesmo se destinados ao mercado brasileiro.

<sup>55</sup> Segundo Slenes, este termo é utilizado por Caio Prado Júnior.

<sup>56</sup> Idem, p. 53.

<sup>57</sup> Idem, p. 59.

Portanto, acreditamos que o processo de desenvolvimento econômico e social da Zona da Mata durante os primeiros cinqüenta anos do oitocentos, se enquadra justamente na explicação teórica de Slenes, pois a região no início do século certamente conhecia um crescimento econômico considerável e suas exportações não se encontravam em decadência, não fazendo parte assim, do processo de declínio das exportações mineiras, colocado pelos Martins. Esse processo de crescimento provavelmente se manteve ascendente no decorrer do período a partir da implantação do café, e certamente, este avanço pode ter se refletido na importação significativa de escravos realizada pela província, onde uma boa parte teria sido retida pela região, visto os dados já expostos aqui. A economia matense então, teria no setor exportador o seu centro dinâmico, com uma grande demanda de escravos ligada ao efeito multiplicador de suas atividades exportadoras.

Assim, diante dessa discussão teórica, é fundamental registrarmos também a utilização de métodos e fontes para a viabilização de estudos sobre o tráfico de escravos na região da Mata durante a primeira parte do século XIX. Teríamos, portanto, três fundamentais tipos de documentos primários que poderiam ser utilizados: os inventários *post-mortem*<sup>58</sup>, as escrituras de compra, venda e hipoteca<sup>59</sup> e os relatos dos viajantes.

A grande importância dos dois primeiros corpos documentais pode ser explicada, segundo Manolo, “*por sua estrutura interna – de formato praticamente invariável no tempo -, pela abrangência das informações que se reiteram e que permitem tanto a abordagem demográfica quanto a econômico-social, e em particular, por abarcarem os agentes sócio-econômicos em uma quantidade ímpar.*”<sup>60</sup> Já os relatos dos viajantes, especificamente os de Saint-Hilaire<sup>61</sup>, pode ser justificada por dois motivos: por trazer informações objetivas sobre a região que hoje é parte integrante da Zona da Mata, como podemos observar ao longo deste artigo, e também pela necessidade de explorar melhor esta fonte qualitativa, pois percebemos no trabalho de Paiva e Godoy, ambigüidades na elaboração dos mapas segundo os relatos dos estrangeiros e nas informações contidas nas tabelas sobre o território da Mata, conforme as listas nominativas de 1831/32.

Portanto, procuramos no decorrer deste artigo demonstrar o quanto é fundamental a realização de estudos de natureza regional, e no caso específico da Zona da Mata, essa

<sup>58</sup> Este corpo documental referente à Zona da Mata no período de 1808 a 1850, está disponível no Arquivo Histórico municipal de Barbacena “Professor Altair Savassi”.

<sup>59</sup> Já estes encontram-se disponíveis no Cartório 1º Ofício de Notas de Barbacena.

<sup>60</sup> FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 11. Além disso, a utilização das escrituras, em particular, tem sido apontada pela historiografia local como o melhor método de estudar o tráfico de escravos. OLIVEIRA, Mônica R. de. Op. cit. e MACHADO, Cláudio Heleno. Op. cit. Que utilizou justamente este tipo de fonte para trabalhar com o tráfico de escravos em Juiz de Fora após a abolição do comércio internacional em 1850.

<sup>61</sup> Por se tratar do viajante que mais relatou sobre Minas Gerais segundo Paiva e Godoy. PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit.

importância se torna mais evidente, diante de suas peculiaridades em relação ao contexto mineiro e brasileiro, mas nem por isso, deixando de ter alguma ligação, pelo contrário, acreditamos que o desenvolvimento econômico e social dessa região esteve fortemente vinculado ao processo de integração centro-sul, como já abordamos aqui, tendo provavelmente uma forte participação no tráfico de escravos destinada à economia mineira oitocentista.

Em relação às teorias vigentes sobre a natureza econômica de Minas, como por exemplo, a dos Martins sobre a preeminência do mercado interno e sua grande absorção de mão-de-obra escrava africana, a especificidade e a dinâmica da região da Mata mineira, é ainda mais destacável, o que muitos historiadores da região já vem demonstrando com veemência, no que se refere ao desenvolvimento econômico deste território na segunda metade do século XIX.

Assim a expressão parafraseada por Robert Slenes, “*onde acaba a estrada (de ferro) começa Minas*”, para explicar o pouco conhecimento que se tinha sobre as Minas no oitocentos,<sup>62</sup> pode ser utilizada para a economia e sociedade da Zona da Mata na primeira metade do século XIX, ou mais especificamente, de sua relação com o tráfico de escravos.

## Bibliografia

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva; LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. **A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 2003.
- CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, MARCELO Magalhães. **O espaço da Minas Gerais: Processos de diferenciação econômico-espacial nos séculos XVIII e XIX**. In: X seminário sobre economia mineira, Diamantina: UFMG/Cedeplar, 2002.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790- c.1840**. 3 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Estudos agrários sobre as Minas Gerais oitocentista**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (org.). **Escritos de História e Educação**: Homenagem à Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842). 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: ed brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno e concentração de população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora (Segunda Metade do século XIX)**. In: X seminário sobre economia mineira, Diamantina: UFMG/Cedeplar, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX**, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; e LAPA, José Roberto do Amaral. **História econômica da independência ao império**. São Paulo: ed HUCITEC, 1996.

<sup>62</sup> Vale lembrar que essa afirmação é parte do debate com Roberto Martins desenvolvido na década de 1980, de lá para cá diversos trabalhos sobre a província mineira no século XIX foram realizados, como podemos observar ao longo do presente artigo.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: A formação do estado imperial.** 3 ed. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias:** mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870. Tese de Doutoramento: Niterói, IFHC/UFF, 1999.

PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. **Território de contrates:** economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: X seminário sobre economia mineira, Diamantina: UFMG/Cedeplar, 2002.

PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil.** São Paulo: Círculo do livro, ?.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Itda, 2000.

SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** In: Cadernos IFHC Nº. 17. Campinas: IFHC – UNICAMP, 1985.